



OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI

Nº 4 - Março/2024



ALEMANHA DE VOLTA ÀS ARMAS



O OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XXI é um *think tank* independente, que acompanha, analisa e faz prospecções de acontecimentos e cenários internacionais. Este Boletim contém diagnósticos curtos e notas executivas, que se propõem contribuir para a tomada de decisões de políticos, gestores, técnicos e acadêmicos vinculados à área de política externa e de políticas públicas, frente aos acontecimentos que mais se destacaram em cada conjuntura analisada.

Seus colaboradores compartilham a convicção de que o Sistema Interestatal Capitalista está atravessando um período de mutação profunda. Essas mudanças estão provocando transformações nos campos tecnológico, econômico, social e cultural, com repercussões no mundo do trabalho, da convivência social e das relações entre os Estados, as grandes corporações, as religiões e as próprias civilizações.

**O Observatório Internacional do
Século XXI é uma publicação do Grupo
de Pesquisa Poder Global e Geopolítica
do Capitalismo do
CNPQ/LABEPOG/NUBEA/UFRJ**

Todos os direitos reservados

**A reprodução dos artigos deve ser feita
mediante a indicação da fonte e
colocação do link deste Boletim
(<https://nubea.ufrj.br/index.php/observatorio-internacional>)**

ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

**O conteúdo dos artigos é de responsabilidade exclusiva do(s)
autor(es) dos mesmos, não refletindo necessariamente a
opinião institucional do Observatório Internacional do
Século XXI nem de seus editores, ou de qualquer outro
autor.**



**OBSERVATÓRIO
INTERNACIONAL
DO SÉCULO XXI**

Nº 4 - Março/2024

COMITÉ EDITORIAL

José Luís Fiori
Maria Claudia Vater
Andrés Ferrari Haines

COLABORADORES DESTE NÚMERO

Andrés Ferrari Haines
Daniel Barreiros
Elias Jabbour
Fernanda Brososki
Flavio Aguiar
Georges Flexor
Johana Espin Moscoso

José Luís Fiori
Karina Kato
Katalina Barreiro Santana
Milton Reyes Herrera
Nelson Delgado
Wagner Sousa

Foto de capa: Wikipedia “*Bundesversammlung*”
https://pt.wikipedia.org/wiki/Bundesversammlung_%28Alemanha%29

SUMÁRIO

O NOVO PROJETO ALEMÃO PARA A UNIÃO EUROPEIA

Por José Luís Fiori7

REARMAMENTO MUNDIAL E UMA NOVA CONJUNTURA DE INSEGURANÇA

Por Daniel Barreiros 11

EUROPA, UM CONTINENTE PERDIDO.

Por Flavio Aguiar 15

O CONFISCO DE ATIVOS RUSSOS, TIRO NO PÉ DO OCIDENTE?

Por Andrés Ferrari Haines 18

PARA ONDE VAI A POLÔNIA?

Por Wagner Sousa.....22

LULA, O HOLOCAUSTO, E A “ORDEM BASEADA EM REGRAS”

Por José Luís Fiori25

A ÁFRICA DO SUL DESNUDA O OCIDENTE EM HAIA

Por Fernanda Brozowski..... 29

A CHINA E A “SEGUNDA INDEPENDÊNCIA AFRICANA” (1)

Por Elias Jabbour.....32

PAQUISTÃO: GUINADA PARA A ÁSIA

Por Wagner Sousa.....35

VIOLENCIA Y CRIMEN ORGANIZADO EN ECUADOR

Por Milton Reyes Herrera, Katalina Barreiro Santana, Johana Espin Moscoso 39

A “CÓLERA” DOS AGRICULTORES EUROPEUS E O ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Por Karina Kato, Georges Flexor, Nelson Delgado..... 42

BRASIL: UMA ESTRATÉGIA EM CONSTRUÇÃO

Por José Luís Fiori 45

O NOVO PROJETO ALEMÃO PARA A UNIÃO EUROPEIA

Por José Luís Fiori

Quatro fantasmas assombram a Europa neste início de 2024: a crise econômica, a revolta social, a volta do fascismo e a guerra com a Rússia. A Comissão Econômica Europeia está prevendo, para 2024, um crescimento do PIB de apenas 0,9%, e o Banco da Inglaterra, depois de dois anos de estagnação, está prevendo um crescimento britânico de 0,25%. E esta é a expectativa com relação a quase todos os países europeus, paralisados por suas altas taxas de juros, de inflação e de desemprego. Como consequência quase direta desta crise, multiplicam-se as greves e os protestos sociais, de leste a oeste, e de norte a sul do continente, onde avançam os partidos de extrema-direita, e os movimentos fascistas adquirem cada vez maior força eleitoral, ameaçando os próprios fundamentos ideológicos e políticos do projeto de unificação da Europa.

Não há dúvida, entretanto, de que foi na Alemanha que os impactos da Guerra da Ucrânia se fizeram sentir de forma mais contundente e destrutiva. A economia alemã retrocedeu 0,4% no último trimestre de 2023, e deve contrair ainda mais 0,1% no ano de 2024. E, mais grave do que isto, os alemães sofreram uma grande perda de competitividade, e vêm enfrentando um acelerado processo de desindustrialização depois de suspender seus contratos de importação da energia barata da Rússia - uma estranha maneira de punir os russos que está destruindo a própria economia alemã. O preço da energia subiu 41%, as greves de transporte são cada vez mais frequentes e extensas, e os protestos dos agricultores alemães são quase permanentes. Por outro lado, as pesquisas de opinião indicam que o partido da extrema direita, *Alternativa para a Alemanha (AFD)* já conta hoje com o apoio de 19% dos eleitores, deve se transformar no segundo maior partido alemão. E não é impossível que seja chamado a fazer parte do governo alemão depois das eleições parlamentares de 2025, mesmo tendo forte presença de setores fascistas ou mesmo nazistas, que defendem posições xenófobas, anti-islâmicas, e favoráveis à retirada alemã da União Europeia.

Esta história poderia ter sido diferente se os europeus e a Alemanha, em particular, tivessem apoiado as negociações de paz entre a Rússia e a Ucrânia no início de 2022. Mas não foi isto que aconteceu. Num primeiro momento, a Alemanha adotou uma posição reticente frente à agressividade anglo-americana, mas a ala mais belicista do seu governo acabou se impondo, sob a liderança da ministra de Relações Exteriores, Annalena Baerboch, e do ministro da Defesa, Boris Pisterius, em estreita coordenação com a presidenta da Comissão Europeia, a Sra. Ursula von der Leyen, que havia sido ministra de Defesa da Alemanha entre 2013 e 2019. Depois disto, o próprio primeiro-ministro social-democrata Olaf Scholz acabou se declarando partidário de uma “cooperação total da Alemanha com os Estados Unidos” e, de fato, durante os dois anos que já dura a guerra na Ucrânia, a Alemanha transformou-se no segundo maior fornecedor do armamento utilizando pelo governo Zelensky contra as tropas russas.

Uma vez definida esta posição ao lado da Ucrânia e contra a Rússia, o governo alemão criou um Fundo Emergencial de 100 bilhões de euros para aquisição imediata de armamento de última geração. E, em novembro de 2023, o ministro Da defesa Boris Pisterius divulgou as “Novas Diretrizes da Política de Defesa da Alemanha”, um documento de 19 páginas – o *Zeitenwende* – que define como novo objetivo estratégico das Forças Armadas alemãs transformar-se na “espinha dorsal da dissuasão e da defesa coletiva de toda a Europa”. Junto com isto, Boris Pisterius anunciou a elevação do gasto militar alemão para 2% do orçamento federal em 2024, e para 3 e 3,5%, em 2025 e 2026, conclamando os demais países europeus a fazerem o mesmo que a Alemanha. Em completa sintonia com a Sra. Ursula von der Leyen, que anunciou sua candidatura à reeleição para a chefia da Comissão Europeia, ao mesmo tempo que prometia para breve “uma nova estratégia de defesa para a Europa” que se propõe “gastar mais, gastar melhor e gastar sobretudo com armamentos produzidos na própria Europa, utilizando-se da experiência na Ucrânia, para ultrapassar a Rússia”. Por fim, no dia 12 de fevereiro de 2024 – em entrevista concedida à AFP – o primeiro-ministro Olaf Scholz afirmou que projeto do seu governo é superar a crise econômica e assumir a liderança militar da Europa. Nessa entrevista, Scholz chamou os europeus a “produzirem material militar em massa” e defendeu a necessidade de que a Alemanha “abandone sua indústria manufatureira para concentrar-se na produção de armamento em larga escala”, porque “nós não estamos vivendo em um tempo de paz”.

Essas mesmas ideias foram levadas à Conferência Estratégica de Munich, realizada de 17 a 19 de fevereiro, e marcada pela difusão de uma informação “confidencial” atribuída a *Bundeswehr*, e vazada pelo tabloide alemão BILD, que anunciava uma invasão russa do território da OTAN para o ano 2025. A informação foi desmentida, mas depois de já ter provocado o pânico generalizado e haver mobilizado o sentimento “russofóbico” dos participantes, recolocando a Rússia na condição do grande “inimigo externo” dos europeus, como já havia acontecido com a malsucedida invasão francesa da Rússia em 1812, e com a fracassada invasão alemã da União Soviética, em 1941.

Resumindo, tudo indica que, hoje, o objetivo comum da Alemanha de Olaf Scholz, e da Comissão Europeia de Ursula von der Leyde é criar uma “economia de guerra” no território europeu. Uma economia de guerra liderada pela Alemanha, que abriria mão de sua indústria manufatureira para transformar-se na cabeça de um complexo militar, integrado a partir da própria Alemanha, envolvendo os demais países europeus, segundo as “vantagens comparativas” de cada um deles. Por este caminho, é óbvio, a “Europa dos cidadãos”, idealizada por Konrad Adenauer, ou mesmo a “Europa dos mercadores”, criticada por François Mitterrand, seria substituída por uma nova “Europa dos soldados e dos canhões”, como nos velhos tempos da própria Europa.

O novo projeto alemão para a União Europeia conta com o apoio dos Estados Unidos e, se tiver sucesso, confirmará o declínio e a perda de protagonismo da França, mesmo dentro da Europa. E seria uma compensação pela destruição dos gasodutos do Báltico, o Nord Stream 1 e 2, que teriam sido fundamentais para o sucesso da economia alemã. Esta nova configuração de forças dentro da Europa deverá ser sacramentada pela escolha do primeiro-ministro holandês Mark Rutte para o cargo de Secretário Geral da OTAN, no lugar do norueguês Jens Stoltenberg, com o apoio exatamente dos Estados Unidos, da Inglaterra e da Alemanha. Rutte é membro do Partido Popular para a Liberdade e Democracia, da extrema-direita holandesa, militarista, xenófoba e anti-islâmica, mas muito próximo das posições belicistas e “russofóbicas” da Sra Von der Leyden, e do ministro de Defesa alemão Boris Pisterius. Neste sentido, a provável escolha de Mark Rutte para o comando da OTAN deve favorecer o processo de redefinição e centralização do poder que está em curso dentro da Europa, e que aponta na direção de Berlim. Se tudo correr como está planejado, em 5 ou 10 anos mais, a Alemanha somará à sua ascendência econômica e à sua tutela financeira do Europa, sua nova preeminência militar, incluindo sua influência sobre a OTAN, através de Mark Rutte, alcançando

finalmente a hegemonia dentro do Velho Continente que vem buscando sem sucesso – por vários caminhos – desde o século XIX.

Essa estratégia vem sendo concebida junto com o governo Biden, mas deve se manter mesmo em caso de vitória de Donald Trump. Se Trump vencer, é possível que a Alemanha recorra a um novo Acordo de Munique, para assegurar a cobertura atômica da Inglaterra, no caso de uma iniciativa nuclear alemã que não contasse com a cobertura atômica dos Estados Unidos. De qualquer maneira, o objetivo da Alemanha, neste momento, não é guerrear com a Rússia; é montar e comandar uma “economia de guerra” europeia, mas mesmo assim esse projeto demandará pelos menos uns 5 anos de “carência”, daí a necessidade alemã de que a Guerra da Ucrânia se prolongue na forma de uma “guerra de atrito” que não tenha vitoriosos.

Mas como ensina a história da Primeira Guerra Mundial, quando os europeus voltam às armas, eles também podem voltar à guerra, mesmo sem querê-lo: basta um erro de cálculo, provocado por uma bravata como as que costuma fazer o presidente Emmanuel Macron, ou o vazamento de uma conspiração de generais alemães para atacar a ponte da Crimeia, na Rússia, como acabou de acontecer, e toda essa cuidadosa montagem pode terminar em mais grande guerra europeia. A diferença é que agora seria uma guerra da OTAN contra a Rússia e, neste caso, como disse recentemente o ex-presidente russo Daniil Mevedev, se trataria de uma “guerra assimétrica”, que obrigaria os russos a utilizar imediatamente seu armamento nuclear. Isso significa, em última instância, que se o novo projeto alemão para a Europa for bem-sucedido, ele encerraria os 80 anos de ocupação militar unilateral e explícita do território alemão pelas tropas americanas. Mas, ao mesmo tempo, recolocaria o Velho Continente na beira do abismo.

REARMAMENTO MUNDIAL E UMA NOVA CONJUNTURA DE INSEGURANÇA

Por Daniel Barreiros

Na terceira década deste século se tornou lugar comum o diagnóstico de que estariam definitivamente liquidados tanto a ordem liberal pós-Guerra Fria quanto um sistema internacional baseado em regras. No que tange essa reversão conjuntural, há pouco que se possa alegar em defesa das decisões de Washington desde os anos 1990, e agravadas pela invasão unilateral ao Iraque em 2003. Um sistema baseado em regras precisa ter como seu principal sustentáculo a adesão do *hegemon*, e quando é ele mesmo o responsável por abrir brechas inemendáveis, é como abrir a caixa de Pandora.

Não se trata absolutamente de buscar justificativas morais para o acirramento das tensões geopolíticas, mas sim de apontar o óbvio: nesse jogo, se o *hegemon* se comporta como um *freerider*, beneficiando-se de uma suposta ordem baseada em regras e instituições sem aceitar as restrições que essa mesma ordem impõe, é esperado que os demais agentes dela participantes sigam pelo mesmo caminho. O gasto militar global de US\$2,2 trilhões em 2023 (em valores reais de 2021), recorde histórico em termos quantitativos e qualitativos, é uma expressão disso.

Os valores, computados e divulgados pelo *International Institute for Strategic Studies* de Londres, foram atribuídos aos efeitos da Guerra Russo-Ucraniana, da guerra entre o estado de Israel e o Hamas, e à tensão na região do Indo-Pacífico. Ainda que respeitando a factualidade e o curto-prazismo da análise, sugiro que entendamos todos esses movimentos - guerras, rearmamento, esvaziamento da diplomacia, normalização do genocídio perante parte da opinião pública mundial - como sintomas de uma virada conjuntural, de média duração.

E a administração Trump fez muito em acelerar esse processo: com uma condução estratégica absolutamente desastrosa para a manutenção da hegemonia norte-americana, Trump se mostrou praticamente irresponsivo diante de avanços geopolíticos notáveis

por parte de agentes revisionistas do sistema tais como a Rússia e a China, mas também de potências médias como o Irã, a Turquia e a Coreia do Norte. Uma eventual vitória de Donald Trump nas eleições de novembro poderá provocar uma apatia estratégica transitória nos *fronts* mais cobiçados pelos *neocons*, o que abriria uma janela de oportunidade para contestações mais viscerais por parte de potências revisionistas; uma derrota de Trump pode provocar o mesmo, se ela resultar em caos social, em uma versão aprimorada e alongada do fatídico 6 de janeiro de 2021.

Então, a tirar pelas projeções, os historiadores talvez venham a considerar o ano de 2024 como o *anno horribilis* dessa nova conjuntura, com o esgotamento quase que total de uma onírica ordem internacional liberal, centrada nos Estados Unidos, sem que uma genuína ordem policêntrica tenha emergido. Enquanto isso, a geopolítica das nações impera, como imperou em outras eras.

Quando governos por todo o mundo decidem que é hora de expandir suas indústrias de defesa ou suas aquisições de armas, e formar estoques, é porque consideram plausível um cenário de guerra prolongada. A intensidade da guerra convencional tal como vista nos campos de combate da Ucrânia - três mil tanques perdidos pela Rússia, a força de combate mais avançada neste embate - sugere que o novo normal exigirá orçamentos generosos, bem como atenção para as novas tecnologias, incluindo a guerra cibernética e os veículos não tripulados.

Por mais que soe como fanfarronice, a recente declaração de Donald Trump de que, se eleito, não irá comprometer as forças armadas norte-americanas na defesa de membros da OTAN inadimplentes, representa quase que uma das pontas de um movimento em pinça, tendo de um lado a potencial relutância norte-americana na defesa de seus aliados, e de outro, o espectro do expansionismo russo (seja esse espectro entendido como uma fantasma ou como uma perspectiva real assombrosa). Diante desses fatos, não espanta o despertar do monstro belicista em meio à “civilizada” e “ordeira” Europa.

Vamos então aos números. Com menos de 8% da população mundial, os países da OTAN são responsáveis por quase 50% do gasto militar mundial. Entre os membros da aliança, a Polônia bateu o recorde em comprometimento do PNB com gastos em defesa em 2023: 3,9%. Estados Unidos, Grécia, Estônia, Lituânia, Finlândia, Romênia, Hungria, Letônia, Reino Unido e Eslováquia, todos alcançaram a meta de 2%. Dezenove membros registraram pelo menos algum aumento na dedicação de seus produtos nacionais à defesa desde 2022. No que tange o investimento em equipamentos, a Polônia e a Finlândia se destacam: 52,4% e 50,8%

de todo gasto militar consistiu em investimento em armas e equipamentos, contrastando com países como Portugal, Bélgica e Dinamarca, na faixa dos 20%. A despeito de não ter alcançado a meta de investimento de 2% do PNB em defesa, o gasto militar alemão é o maior entre os países da OTAN, a preços correntes, depois dos Estados Unidos (US\$68 bi). O Reino Unido vem logo atrás, com US65 bi. Se em 2022 o dispêndio total da OTAN cresceu 2% em relação ao ano anterior, em 2023 o crescimento foi de 8,3%¹.

De 2021 para 2022, a Europa registrou o maior percentual de aumento em seu dispêndio militar nos últimos trinta anos, retornando a níveis compatíveis com os alcançados na Guerra Fria. Os aumentos mais acentuados neste período, não por acaso, foram registrados na Finlândia, Lituânia, Suécia e Polônia (36%, 27%, 12% e 11%, respectivamente). Isso aponta para o trágico dilema de segurança que permeia toda a conjuntura em formação: a despeito da absoluta implausibilidade estratégica, logística e política de uma invasão russa à Europa para além do território ucraniano, e apesar da transparente sinalização de Moscou a respeito de seus objetivos geopolíticos, é evidente que nenhum formulador de política europeu pode submeter-se ao risco de comprar a palavra do governo russo pelo seu valor de face. Ao mesmo tempo, se os governos à frente das nações da OTAN fomentam uma expansão armamentista sem precedentes, mesmo que Moscou sinalize que seus objetivos na Ucrânia são limitados, é esperado então que o governo russo responda à altura mantendo ou indo além de seus 4% do PNB em investimento militar. Na ausência de qualquer poder capaz ou interessado em fazer valer as normas e regras de mediação no sistema, a diplomacia perde relevância. É a marcha da insensatez, como lembrou Barbara Tuchman.

Mas nem tudo se resume ao cenário europeu. É igualmente significativa a participação de potências não-ocidentais nessa transformação conjuntural. A influência do Irã cresce significativamente no mercado de armas, com o suprimento de mísseis e drones (inclusive para a Rússia). A Índia alcançou o quarto lugar entre as nações com maiores gastos militares, com um total de US\$81,4 bi. A China já vem aumentando seu dispêndio há quase trinta anos, em especial em seu programa de modernização. Taiwan, em resposta, anunciou no ano passado seu maior orçamento militar da história, US\$19 bilhões. Dada a percepção de

¹ Defence Expenditure of NATO Countries, July 2023.

https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/2023/7/pdf/230707-def-exp-2023-en.pdf

ameaça representada por Pyongyang e Pequim, o governo japonês vem abandonando a passos largos sua orientação não-belicista, com 5,9% de incremento em seu orçamento militar entre 2021 e 2022, alcançando 1,1% do PNB (nível de comprometimento mais alto desde 1960). Em resumo, o mundo mergulha em uma conjuntura ultra-anárquica, em que os governos à frente de diferentes nações (e não somente o governo de Washington!) recorrem progressivamente à força das armas na garantia de seus interesses e na preservação de seus graus de autonomia. O cenário está longe de ser virtuoso ou épico: o risco de um conflito global que venha a quebrar o tabu nuclear está cada vez mais próximo do horizonte do possível.

EUROPA, UM CONTINENTE PERDIDO.

Por Flavio Aguiar

O continente europeu possui uma coluna dorsal: a União Europeia. Mesmo os países que não pertencem a ela, como a Ucrânia, a Noruega, a Suíça, a Turquia e a Islândia, além de outros, gravitam em torno da União. E esta coluna dorsal está sendo desossada, e periga se liquefazer. Em parte, esta crise lhe veio das próprias entranhas. Em parte, foi importada de fora, ou lhe foi imposta. Quem lhe impôs? Os Estados Unidos, através das injunções e exigências de seu braço armado multinacional, a OTAN.

O ideal e a ideia da União Europeia nasceram dos escombros da Segunda Guerra, através da Comunidade Econômica Europeia e da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, criadas em 1957. Consolidou-se oficialmente em 1993, depois do Tratado de Maastricht, assinado em 1992. Foi reformulada com o Tratado de Lisboa, assinado em 2007 e em vigor desde 2009. 20 dos 27 países membros da U. E. adotam o Euro como moeda comum, criada como valor de transferência em 1999 e sob a forma de notas e moedas a partir de 2002. A primeira grande crise da U. E. ocorreu com a saída do Reino Unido, em 2020, depois de um plebiscito votado em 2016. E hoje ela tem a vizinha Rússia como sua principal adversária.

Isto significa que o ideal da União Europeia foi desenhado enquanto a parte Ocidental do continente vivia, genericamente, sob a hegemonia ideológica da social-democracia, como alternativa e resposta ao comunismo que vigia na sua parte Oriental, sob a liderança da finada União Soviética. Entretanto ela foi criada quando o sonho social-democrata e sua generosidade social cedia o passo ou se rendia ao pesadelo neo-liberal e seus planos de austeridade fiscal, monetária e social. Esta é a raiz interna da crise hoje vivida pela União e pelo continente como um todo.

Se a União Europeia nasceu também com ideal de paz num continente continuamente marcado por grandes conflitos armados., ela nasceu igualmente sob a sombra das guerras iugoslavas e do Kosovo (1991 - 1999), marcadas por genocídios e pelas intervenções dos Estados Unidos e da OTAN, sob a forma de mediação imposta e bombardeios seletivos. A presença do belicismo se agravou com a

guerra na Ucrânia, entre este país, apoiado pelos Estados Unidos, a OTAN e a União Europeia, e a Rússia, a partir de fevereiro de 2020, quando esta invadiu aquela alegando sentir-se ameaçada por uma possível adesão de Kiev à OTAN. Os governos da U. E., uns a gosto e outros a contragosto, se viram empurrados para dentro do conflito, liderado do lado Ocidental pelos E. U. A. e pelo Reino Unido. Os E. U. A. viram na conjuntura uma oportunidade para pressionar pela diminuição da dependência energética da Europa em relação à Rússia, caso, sobretudo, do carro-chefe da economia europeia, a Alemanha. Em consequência da guerra e da adesão europeia ao auxílio militar prestado à Ucrânia e das sanções adotadas contra Moscou, a situação das economias europeias foram profundamente afetadas. Os cortes no fornecimento do gás russo, dos fertilizantes e dos grãos ucranianos provocaram uma espiral inflacionária em todos os países, sobretudo na Alemanha, nos preços da energia, dos transportes, dos insumos agrícolas e de fármacos. Paradoxalmente, as sanções econômicas adotadas contra Moscou parecem prejudicar mais a Europa do que a Rússia.

Deste modo a Europa se aproxima mais e mais de tornar-se - ou voltar a ser - um protetorado militar da OTAN atravessado pelas necessidades políticas dos Estados Unidos em sua campanha contra a Rússia e a China.

O continente vê-se marcado por agitações sociais ainda de médio porte, mas cada vez mais amplas e difundidas. Os protestos dos agricultores contra o que vêm como um falta de apoio dos governos e da União no que se refere a insumos, particularmente no preço do diesel, se espalharam da Polônia à Península Ibérica. Protestam também pelo que consideram uma política restritiva de agrotóxicos e de proteção do meio-ambiente. Greves em aeroportos, portos, ferrovias e transportes urbanos pipocam em toda parte, No Reino Unido o setor da saúde é dos mais afetados, tanto em falta de investimentos como de pessoal, devido em parte à insegurança provocada pelo *Brexit*, a saída da União. A Alemanha vive um processo crescente de desindustrialização, com o fechamento de grandes unidades produtoras.

Tal clima de insegurança vem favorecendo em toda parte a ascensão da extrema-direita. Partidos como o Vox, que na Espanha reivindica a herança falangista, o Rassemblement National na França, o Alternative für Deutschland na Alemanha, o Frateli d'Italia na Italia vem crescendo continuamente. Quando não ganham eleições, como foi o caso do Frateli na Itália, ditam a pauta política, o que envolve um traço de ceticismo em relação à União Europeia, pelo menos do modo como está constituída. Ultimamente estes partidos têm amenizado sua retórica anti-União Europeia,

falando mais em reformular seus princípios em nome da preservação das soberanias nacionais. E puxam todo o espectro político mais para a direita, em torno de políticas reacionárias quanto a costumes e valores culturais, da xenofobia, da islamofobia, esta última agravada pelo desejo de aproximação com Israel e sua política de *apartheid* em relação ao povo palestino e massacre da população civil na Faixa de Gaza.

Tal crescimento se alimenta da falência dos planos de austeridade em produzir bem-estar social, o que não surpreende ninguém de bom senso. E também se alimenta da retração divisionista das esquerdas ou da rendição de vários setores aos ditames da *realpolitik* europeia impulsionada pelas consequências geopolíticas da guerra na Ucrânia.

E em toda parte renasce o velho militarismo como alternativa geopolítica alimentada pela russofobia, e econômica, diante das agruras e amarguras de uma possível recessão de longo alcance. E desta vez o Velho Mundo não está assente apenas sobre a novidade dos drones, os blindados e outros armamentos convencionais, mas diante do risco sem retorno de um confronto nuclear.

O CONFISCO DE ATIVOS RUSSOS, TIRO NO PÉ DO OCIDENTE?

Por Andrés Ferrari Haines

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, afirmou recentemente que até a cúpula do Grupo dos Sete (G7), a ser realizada na Itália em junho, deverá ser resolvida uma das ações mais extremas que o Ocidente busca implementar contra a Rússia: o confisco dos ativos russos bloqueados nos mercados financeiros ocidentais. O objetivo seria o de financiar o esforço de guerra de Kiev.

Quando a guerra eclodiu na Ucrânia, o Ocidente congelou quase 300 bilhões de dólares pertencentes, fundamentalmente, ao banco central russo. Desde então, os líderes ocidentais têm manifestado a sua intenção de apropriar tais recursos para financiar a Ucrânia, mas têm entrado sistematicamente em confronto com receios relacionados com as consequências negativas para os seus próprios países que tal medida poderia desencadear.

A questão ganhou importância agora na medida em que o Congresso dos EUA, liderado pelos republicanos, bloqueou um pacote de ajuda de 60 bilhões de dólares dos EUA à Ucrânia. A isto acrescentam-se os receios europeus de que uma vitória presidencial de Donald Trump os pressione para um maior financiamento das despesas militares na OTAN, com a guerra ainda em curso.

Entre 5 e 6 bilhões de dólares de reservas russas congeladas estão nos Estados Unidos. A maior parte dos ativos russos são detidos na câmara de compensação Euroclear, na Bélgica. Os ativos russos congelados no ano passado geraram 4,8 bilhões de dólares, e a Presidente da Comissão Europeia, Ursula de der Leyen sugeriu usá-lo para financiar o fornecimento de armas a Kiev.

Ultimamente, os Estados Unidos, o Canadá e o Reino Unido têm pressionado abertamente por medidas para confiscar diretamente os fundos russos. Primeiro-Ministro do Reino Unido, Rishi Sunak apelou recentemente aos países ocidentais para serem “mais ousados.” enquanto o seu secretário das Relações Estrangeiros britânico, David Cameron, declarou em dezembro que

“em vez de apenas congelar esse dinheiro, vamos pegá-lo [e] gastá-lo na reconstrução da Ucrânia.”

A Secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, vinha se opondo a esse tipo de medida, sustentando que “tudo o que fazemos deve ter uma base jurídica internacional sólida, bem como uma lógica interna”. Entretanto, em declaração recente ela afirmou que “existem fortes argumentos jurídicos, económicos e morais internacionais para avançar. Esta seria uma resposta decisiva à ameaça sem precedentes da Rússia à estabilidade global.”

No entanto, a França, a Alemanha e o próprio Banco Central Europeu continuam a manter dúvidas, temendo um impacto negativo na estabilidade financeira internacional e na confiança no euro como moeda de reserva – esse receio, por exemplo, foi apontado pela própria Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu. A grande questão reside nos fundamentos legais para implementar tal medida.

Segundo o ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire, “não temos agora a base jurídica para confiscar bens russos”, enquanto o ministro das Finanças alemão, Christian Lindner, observou que é necessário continuar a procurar formas de o fazer de uma forma legalmente segura. O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, disse que a construção de tal quadro jurídico não será tão fácil de fazer.

Em fevereiro passado, este obstáculo tentou ser resolvido através de um grupo de 'especialistas em direito internacional' de renomadas universidades ocidentais que se manifestaram numa carta na qual afirmam ter chegado à conclusão de que seria legal tomar "medidas adicionais contra a Rússia, dada a sua contínua violação das normas mais fundamentais do direito internacional", para que esses bens pudessem ser apreendidos “como compensação pelos danos resultantes” da conduta ilegal russa de “invadir” e “ocupar” a Ucrânia, violando “a base sobre a qual toda a ordem baseada em regras é construída.”

A Rússia tem expressado que se os fundos forem apreendidos, retaliaria em conformidade, dado que também congelou ativos ocidentais em quantia semelhante. O ministro das finanças russo, Anton Siluanov declarou que "qualquer ação com os nossos ativos receberá uma resposta simétrica." Igualmente, para a Rússia, qualquer medida nesse sentido seria um ato criminoso porque violaria o direito internacional - além de ter um impacto negativo no sistema financeiro global e na economia mundial.

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, disse que Bruxelas está tentando “criar a ilusão de legitimidade

sobre os ataques às nossas propriedades e, assim, camuflar o que é na verdade um roubo descarado” e uma violação dos “princípios e normas fundamentais do direito, a igualdade entre os Estados.”

A porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Maria Zakharova, foi mais longe, acrescentando que seria “uma grave violação das próprias leis, normas internacionais e obrigações bilaterais do Ocidente”, enquanto o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov sustentou que seria também “uma invasão da propriedade, do Estado e da propriedade privada, por outras palavras, uma invasão dos fundamentos da economia mundial.”

Estes argumentos expõem os riscos para o Ocidente do confisco de ativos russos. O veredicto dos peritos não é suficiente se estes forem apenas dos países que fariam a apreensão. Como o próprio Le Maire admitiu, a base jurídica também deve ser aceita “por todos os estados membros da comunidade mundial”, referindo-se em particular aos estados membros do G20.

Nesse caso, vale a pena recordar que quando os Estados Unidos se apropriaram de 7 bilhões de dólares do Afeganistão, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Wenbin afirmou que “os Estados Unidos alienam intencionalmente bens que pertencem ao povo afegão, buscando mantê-los como seus. Isso não é diferente do comportamento dos bandidos.” É difícil pensar que a China reagiria de forma diferente quando a Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos EUA aprovou recentemente um projeto de lei que autoriza o presidente a apreender ativos russos congelados sob jurisdição dos EUA, com exceção de ativos diplomáticos, para financiar a ajuda humanitária e os esforços de reconstrução na Ucrânia, argumentando, simplesmente, que “serve os interesses vitais de segurança nacional dos Estados Unidos”.

Como enfatizou Zakharova, esse ato sujeitaria os direitos de propriedade aos caprichos e necessidades geopolíticas de um punhado de nações, acrescentando, precisamente, “que a política externa americana é frequentemente propensa a mudanças abruptas”, acrescentando ao caso do Afeganistão, o da Venezuela, quando os EUA determinaram unilateralmente que Juan Guaidó era o líder legítimo com o direito de administrar a riqueza da nação. Assim, Zakharova alertou que o Ocidente mostra o desejo de controlar um sistema financeiro internacional que é apenas “aparentemente imparcial”.

Na verdade, aqueles no Ocidente que se opõem ao confisco de fundos russos alertam que isso estabeleceria um precedente para os Estados confiscarem abertamente ativos de outros países em

resposta às suas decisões de política externa. Além disso, também temem que, para se protegerem, muitos países possam transferir as suas reservas denominadas em dólares, euros e libras esterlinas para outras moedas e até ouro. Em particular, isto reforçaria intensamente o processo em curso de desdolarização da economia mundial.

Para os Estados Unidos, cujo déficit público tem aumentado cerca de um bilhão de dólares a cada cem dias, a perda do estatuto do dólar como moeda internacional poderá ser um golpe fatal. Na verdade, uma análise do Sputnik acaba de revelar que mais de 30% dos 193 países das Nações Unidas estão a reduzir as suas operações em dólares a favor da utilização das suas moedas nacionais. Em relação à Rússia, Lavrov afirmou que cerca de 90% de todos os pagamentos mútuos com a China e cerca de 50% com a Índia são feitos em moedas nacionais.

Este receio foi expresso pelo FMI após a manifestação de juristas. No entanto, o subsecretário do Tesouro dos EUA, Wally Adeyemo, desprezou tais riscos e afirmou que a força da economia dos EUA impede que ela seja prejudicada pela aplicação de sanções, portanto "o dólar, o sistema financeiro dos Estados Unidos, continuará a ser dominante no mundo, e que as sanções sejam consideradas uma ferramenta que será usada seletiva e multilateralmente para garantir que sejam eficazes."

A situação mais dramática ocorreria se Moscou considerasse a apreensão um ato de guerra. Como explica o académico Nicholas Mulder no Financial Times, a retaliação económica é prerrogativa dos Estados feridos e não de países terceiros. Os beligerantes também podem expropriar propriedades públicas e privadas pertencentes ao Estado e aos cidadãos dos seus oponentes, como fez a Ucrânia, confiscando pelo menos 880 milhões de dólares em propriedades e empresas de propriedade russa no seu território em maio de 2022.

Mas os aliados de Kiev não estão em guerra com a Rússia. A expropriação de ativos russos pode significar que uma mudança nessa condição...

PARA ONDE VAI A POLÔNIA?

Por Wagner Sousa

A derrota, por pequena margem, do Partido Lei e Justiça (PiS), do Presidente Andrzej Duda e do ex-Primeiro-Ministro Mateusz Morawiecki nas eleições parlamentares polonesas de 2023, trouxe, não só importantes mudanças no cenário político interno polonês, como também alterou a relação do país com a União Europeia e a Alemanha, especialmente, no contexto de grandes mudanças na geopolítica regional, a partir da invasão russa da Ucrânia em 2022. Embora o partido de extrema-direita Lei e Justiça (PiS), no governo do país desde 2015, tenha sido o mais votado, não conseguiu compor a maioria com outros partidos menores, a coalização de partidos denominada Coalizão Cívica, sob a liderança de Donald Tusk, conseguiu fazer esta composição, o que foi confirmado em votação no Parlamento polonês para a aceitação ou não do novo governo, na qual amealhou 248 votos favoráveis e teve 201 contrários.

Tusk é um político de centro-direita, de perfil liberal e pró-União Europeia. Foi Primeiro-Ministro entre 2007 e 2014. Entre 2014 e 2019 foi Presidente do Conselho Europeu, órgão que reúne Chefes de Estado ou de Governo do bloco. Portanto, uma grande mudança em relação à extrema-direita nacionalista, que buscava maior autonomia do país dentro da União Europeia e tinha problemas com a direção executiva da mesma, representada pela Comissão Europeia, sob comando da ex-Ministra da Defesa alemã, Ursula Von der Leyen. Em razão da investida do governo do Lei e Justiça contra o Poder Judiciário (algo comum em governos eleitos de traços autoritários) e das, por exemplo, decisões contra minorias (como no caso da minoria LGBT+) o país caminhava numa direção “iliberal”, semelhante à da Hungria e por isso teve fundos da UE bloqueados. Uma das primeiras consequências da vitória da Coalizão Cívica de Tusk foi o desbloqueio destes valores para a Polônia.

O governo do PiS teve relação conturbada com a Alemanha e a Rússia, exigia “reparações de guerra” dos alemães relativas à ocupação nazista na Segunda Guerra Mundial, o que foi rechaçado

e causou grande irritação em Berlim e, evocando histórica rivalidade com os russos (que já ocuparam o país e o mantiveram em sua “esfera de influência” no período da URSS), também distanciaram a Polônia da Rússia, em postura bastante diferente de Tusk, que manteve boas relações com Angela Merkel e Vladimir Putin.

As relações da Polônia com a Alemanha e a Rússia são temas de grande sensibilidade entre os poloneses, o que não mudou com a eleição de um Primeiro-Ministro mais moderado. O território do país do Leste Europeu se encontra em zona historicamente de grande disputa geopolítica, especialmente entre russos e alemães, mas num “tabuleiro geopolítico” com presença constante de suecos, lituanos, ucranianos, bielorrussos e eventualmente de potências mais distantes, como a França napoleônica. O mapa polonês mudou muito ao longo do tempo, o país deixou de existir em vários períodos, o que representou uma luta, ao longo do tempo, pela afirmação nacional. Os poloneses guardam grande ressentimento em relação a russos e alemães, devido aos períodos de ocupação e às guerras e este sentimento continua, mesmo numa Polônia que politicamente se coloca como pró-Europa, mas com uma maioria pequena em relação aos nacionalistas conservadores.

O contexto no qual se inicia a nova gestão de Tusk é bastante diferente daquele do seu período anterior. Tanto em relação ao ambiente geopolítico regional na Europa quanto às mudanças promovidas pelo governo do Partido Lei e Justiça. A invasão russa da Ucrânia uniu os países da OTAN numa forte coalizão anti-Rússia, que permanece, a despeito de alguns problemas com alguns países. Hungria e o novo governo da Eslováquia tem uma posição mais simpática ao governo de Putin. A Turquia (membro da OTAN, mas não da UE) também tem boas relações com o governo russo.

Então Tusk, que cultivava boas relações com o líder russo, nesse novo cenário de acirramento da disputa entre a Rússia e a UE, não tem mais esta “margem de manobra” e a Polônia deve se manter distante da Rússia. E esse distanciamento, promovido pelo governo anterior de extrema direita, antes mesmo da guerra da Ucrânia, e que se aprofundou com o conflito, é a posição da União Europeia da qual Tusk tem proximidade, e do país que a lidera, a Alemanha. Outro aspecto da questão é que o Partido Lei e Justiça procurou projetar a Polônia como poder militar, aumentando enormemente os gastos no setor (chegando a 4% do PIB, o dobro do piso previsto pela OTAN) e para tanto se tornou “parceiro privilegiado” dos Estados Unidos (do qual vem recebendo apoio maciço para o objetivo de se armar). Os EUA querem uma Polônia militarmente muito forte pela proximidade da fronteira com a

Rússia. Portanto, esta Polônia militarizada não deve mudar com Tusk, a diferença é que agora há, além do alinhamento com os EUA uma forte coordenação com a Alemanha na área de Defesa. Recentemente se instituiu uma “Zona Schengen Militar” entre Alemanha, Polônia e Holanda, que deve se expandir para outros países. A “Zona Schengen” é a área da União Europeia, de livre trânsito para os seus cidadãos. O que se decidiu para os três países é que haverá livre movimentação de tropas e equipamentos militares, sem necessidade de autorização de cada governo para que passem pelas respectivas fronteiras.

Portanto, o “pêndulo” no país do Leste Europeu entre europeístas e nacionalistas, após 8 anos, pendeu para os primeiros. Mas, como em muitos países, a Polônia tem uma grande divisão interna e a extrema-direita permanece forte e com uma bancada no Parlamento capaz de vetar iniciativas do novo governo ou ao menos buscar “modular” as políticas de Tusk, devido à sua pequena maioria. Outro fator que fortalece os conservadores é que o Presidente segue sendo o mesmo, no cargo desde 2015, do Partido Lei e Justiça (PiS). Muito mais forte militarmente está agora em aliança mais estreita com os EUA e a Alemanha e se torna mais importante para ambos. O que deverá também ter mais peso no processo político interno do país.

LULA, O HOLOCAUSTO, E A “ORDEM BASEADA EM REGRAS”

Por José Luís Fiori

A entrevista do presidente brasileiro concedida na cidade de Adis Abeba, na Etiópia, no dia 18 de fevereiro de 2024, quando comparou o comportamento genocida do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu com Adolf Hitler e o genocídio alemão dos judeus, provocou uma pequena crise diplomática e uma grande reação da imprensa conservadora brasileira. A irritação do governo israelense é compreensível, devido à importância internacional do presidente Lula, porque esta comparação já havia sido feita por outros líderes de menor expressão global.

No entanto, fica mais difícil entender a reação em cadeia da imprensa brasileira, que não se deu ao trabalho de ler a entrevista e passou a repetir em conjunto as diatribes das autoridades israelenses, como se fossem órgãos subsidiários da extrema-direita israelense, decididos a provar a existência de uma espécie de hierarquia de genocídios, alguns mais importantes do que outros, dependendo da origem das populações atingidas pela violência assassina dos genocidas. Como se o assassinato coletivo dos judeus pelo Estado alemão tivesse uma superioridade trágica com relação aos 15 milhões de chineses que foram mortos pelos japoneses nos anos 30 e 40, no também chamado “holocausto asiático”; os 20 milhões de russos que foram assassinados pelos alemães entre 1941 e 1945; ou o genocídio de 2 milhões de armênios, pelo Império Otomano, durante a Primeira Guerra Mundial, também chamado de “holocausto armênio”; ou ainda o “genocídio tutsi” durante a Guerra Civil de Ruanda em 1994, entre outras tantas tragédias do século XX.

Mesmo assim, é importante refletir sobre a importância atribuída pelos conservadores às palavras e aos conceitos utilizados pelo presidente brasileiro. Os fatos são conhecidos. No dia 7 de outubro de 2023, um grupo de militantes ou combatentes do Hamas entrou no território israelense, matou cerca de 1.200 israelenses e raptou cerca de outras 280 pessoas. Em seguida, o governo de Israel sitiou o território de Gaza, habitado por cerca de

dois milhões e meio de palestinos, bloqueou a entrada de água, comida, energia, medicamentos e comunicações, e começou um bombardeio aéreo e terrestre no território de Gaza que já dura cinco meses, matando, até agora, 30.000 palestinos (80% mulheres e crianças), ferindo e mutilando outros 80 mil e deixando cerca de um milhão e meio de pessoas desabrigadas, com fome e sem atenção médica. Os números e as imagens transmitidas pelos canais de televisão parecem falar por si mesmos, mas no campo da batalha política, as coisas não passam dessa maneira, porque as palavras não são neutras, e toda descrição da realidade envolve juízos de valor e tomadas de posição, políticas, diplomáticas, ou simplesmente ideológicas, como no caso da imprensa conservadora brasileira.

Portanto, neste sentido, não há dúvida de que as palavras utilizadas pelo presidente Lula (a hipótese de haver sido uma “gafe” é absolutamente ridícula) foram escolhidas rigorosamente e continham, sem dúvida, um juízo de valor e uma condenação radical do comportamento assassino do primeiro-ministro de Israel, e do holocausto do povo palestino que vem sendo cometido ao vivo e em cores, em frente aos olhos horrorizados da humanidade. Uma postura ainda mais corajosa quando se sabe que o ataque israelense foi apoiado e incentivado, desde os primeiros minutos, pelas potências ocidentais que se consideram criadoras e administradoras da moral internacional. Mesmo que esses países tenham mudado sua posição oficial, horrorizados com o genocídio diário transmitido pelas televisões, apesar de que sigam incapazes de parar sua própria criatura e sigam fornecendo as armas e os recursos utilizados pelos israelenses para executar a matança dos palestinos.

Uma coisa, entretanto, é o desacordo conceitual dentro desta “guerra de narrativas”; e outra completamente diferente, muito mais séria e complexa, é a impossibilidade de estabelecer regras e definir árbitros capazes de intervir de forma eficiente no caso dos conflitos internacionais contemporâneos. Os Estados Unidos têm insistido na ideia/proposta de uma “ordem internacional baseada em regras”, mas ninguém consegue definir quem julga, arbitra e pune dentro desta ordem. Segundo foi dito na recente reunião do G20 no Rio de Janeiro, em 2023 ocorreram 183 conflitos internacionais, que escaparam em sua quase totalidade ao controle clássico dos europeus e norte-americanos, criadores da “moral internacional” vigente nos últimos 200 ou 300 anos. E é a isto que se está assistindo neste momento, com a máxima força e crueldade, dentro do território palestino da Faixa de Gaza.

Um número cada vez maior de países de todo o mundo clama pelo “cessar-fogo”, e ninguém consegue parar a fúria destrutiva do governo israelense. Antes disso, nas últimas décadas, houve 180 resoluções aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas e 247 resoluções do seu Conselho de Segurança sobre a ocupação ilegal dos territórios palestinos, ou favoráveis à formação do próprio Estado Palestino, que foram rigorosamente desconhecidas e desconsideradas por Israel, sempre com o apoio dos Estados Unidos e da Inglaterra, que foram, afinal, os verdadeiros responsáveis pela criação do Estado de Israel em 1948. E agora de novo, por solicitação das Nações Unidas, a Corte Internacional de Justiça de Haia abriu um processo de julgamento da legalidade ou ilegalidade das ocupações judaicas do território palestino da Cisjordânia. Mais de 50 países e organizações regionais se apresentaram para prestar seu depoimento, entre os dias 19 e 26 de fevereiro, sobre “as políticas e práticas” do Estado de Israel.

A decisão que venha a tomar a Corte Internacional de Justiça não é vinculatória, mas assim mesmo, com exceção dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra e Fiji, que propuseram que a Corte não se manifestasse sobre o assunto, todos os demais países, de todo o mundo, como também o Brasil, defenderam os direitos palestinos contra a invasão judaica. Mais do que isto, já quase no final dessas audiências, a China simplesmente “virou a mesa”, recolocando os termos do próprio julgamento. Com base nas regras do Direito Internacional estabelecido e reconhecidas pelas potências ocidentais, os chineses defenderam a tese de que o ataque militar do Hamas contra Israel é legítimo, uma vez reconhecido o direito de os povos oprimidos lutarem, mesmo que seja de forma violenta, contra sua dominação externa. E ao mesmo tempo, o representante da China sustentou que nenhum povo tem direito à autodefesa de territórios que tenham sido ocupados militarmente, e que este seria exatamente o caso de Israel na Palestina, e em particular na Cisjordânia e em Gaza. É fundamental sublinhar que os chineses procuram se manter absolutamente fiéis ao Direito Internacional estabelecido e reconhecido pelas potências ocidentais.

Portanto, o problema internacional contemporâneo não está na existência ou não de “regras”, ou de uma “ordem baseada em regras”. O problema está em saber quem interpreta essas regras, e quem julga e arbitra cada conflito internacional em particular. Nos últimos 300 anos, em geral, foram os europeus e seus descendentes que exerceram este papel, apoiados na superioridade de suas “canhoneiras”. Mas como afirmou, recentemente, o chefe da Política Externa da União Europeia, Joseph Borrel, “a era do domínio global do Ocidente chegou ao fim”. Ao mesmo tempo, caducaram as

instituições criadas, depois da Segunda Guerra Mundial, para o exercício da “governança global”.

Em 1945, havia cerca de 60 países independentes, e hoje são quase 200 países com assento nas Nações Unidas. Portanto, o sistema interestatal aumentou muito o seu tamanho, e a “ordem internacional” tornou-se mais difícil e complexa de ser gerida. A consciência desse “vácuo de poder”, junto com o sentimento de impotência frente ao holocausto palestino, explica a emergência da proposta brasileira, levada à presidência do G 20, de reorganizar o “governo do mundo” para não precisar passar por uma nova grande “guerra mundial”.

A ÁFRICA DO SUL DESNUDA O OCIDENTE EM HAIA

Por Fernanda Brozowski

Estados periféricos possuem uma capacidade bastante limitada de influir nas tomadas de decisões centrais do Sistema Interestatal Capitalista. Entretanto, em momentos de crise sistêmica, o aumento do atrito no epicentro do jogo de poder global abre brechas para que a pressão exercida por atores menos poderosos tenha importantes repercussões.

Em 11 de janeiro, teve início o julgamento da denúncia, apresentada pela África do Sul perante à Corte Internacional de Justiça (CIJ), de que Israel estaria cometendo atos de genocídio contra o povo palestino. No dia 26 do mesmo mês, a CIJ – máxima instância judicial da ONU, localizada em Haia – acatou seis das nove reivindicações do país africano e determinou que Israel tomasse “todas as medidas ao seu alcance para impedir a prática de todos os atos no âmbito do artigo dois da Convenção do Genocídio”. Nesse primeiro posicionamento, a Corte requisitou a implementação imediata e obrigatória dessas medidas, de modo a evitar a continuidade de tais práticas enquanto os eventos estivessem sob investigação. Entretanto, após a determinação, não houve cessar fogo e Israel empreendeu uma grande investida a Rafah, região fronteiriça com o Egito que concentrava 1,5 milhão de palestinos e mais da metade da população deslocada durante o conflito.

Após a África do Sul liderar os esforços na defesa dos palestinos, países que já vinham expressando suas posições tornaram-se mais explícitos e assertivos ao condenar o governo israelense. Depois de participar da 37ª Cúpula da União Africana na Etiópia, o presidente Lula (18/02) classificou como genocídio as ações de Israel em Gaza e as comparou às de Hitler contra os judeus – tal afirmação provocou forte repercussão midiática e diplomática. A União Europeia (26 de seus 27 Estados) fez um apelo por uma “pausa humanitária imediata” (19/02). Na sequência (22/02), o embaixador chinês Ma Xinmim, em audiência pública da CIJ, defendeu o direito do povo palestino de utilizar a violência contra à opressão estrangeira a fim de garantir sua autodeterminação,

lembrando que esse é “um direito inalienável e bem fundamentado no direito internacional”.

Contudo, em meio às negociações de trégua, Israel deu continuidade ao massivo ataque à Gaza e tem impedido a entrada de ajuda humanitária na região. Até março, as operações militares israelenses resultaram no deslocamento de mais de 1,4 milhão de pessoas, na morte de mais de 30 mil palestinos – dos quais, segundo dados da OMS mais de 60% envolve mulheres e crianças –, além de mais de 70.000 pessoas feridas e um número ainda desconhecido de desaparecidos. Para completar, cerca de 17 mil crianças estão desacompanhadas e níveis catastróficos de insegurança alimentar afeta um em cada quatro habitantes, segundo dados da ONU.

A incapacidade da ONU em fazer cumprir suas decisões evidencia um evento característico de períodos de crise estrutural do sistema mundial: o enfraquecimento e o abandono de regras e instituições internacionais que já não são mais percebidas como instrumentos úteis para a acumulação de poder pelo centro do sistema. Nesse contexto, é de se esperar que a falência do fundamento ético que orienta a atuação das grandes potências seja desnudada pela periferia do sistema, sobre quem recai os efeitos mais devastadores de ações arbitrárias dos países centrais.

No que diz respeito ao ataque à Gaza, a África do Sul tem ampla legitimidade para liderar as denúncias de desrespeito aos direitos humanos e internacionais. Além de, ter vivido o apartheid – uma situação de segregação que tem semelhanças com a vivenciada pelo povo palestino –, o Estado de Israel foi um dos apoiadores do regime de minoria branca que perdurou por quase cinco décadas no país africano. Dessa forma, o clamor expresso pela África do Sul perante a ONU é respaldado pela autoridade de um país que não apenas confrontou desafios semelhantes, mas também enfrentou adversários que defendem as mesmas bandeiras.

No entanto, a validade do posicionamento da África do Sul vai além do contexto da guerra. Atualmente, o continente africano representa uma nova fronteira de exploração de petróleo, minerais críticos e terras agricultáveis que tem atraído fortemente o interesse dos países que estão no centro da competição global de poder. Nesse cenário, o governo sul-africano é protagonista de recentes esforços pela retomada e fortalecimento da integração regional e da busca por uma concertação continental frente aos desafios da ascensão geopolítica da África. Vale dizer que a valorização geoestratégica é um outro possível paralelo com a referida região do Oriente Médio,

visto que estudos de 2019² apontam a existência de consideráveis reservas de petróleo e gás natural na Bacia do Levante, na costa da Faixa de Gaza.

Mesmo diante da impotência da ONU, o governo sul-africano se mantém firme e segue exigindo novas deliberações a cada nova ameaça e urgência humanitária. No dia 13 de fevereiro, a África do Sul recorreu ao CIJ solicitando ações dada a gravidade dos riscos que a operação em Rafah representava. A Corte rejeitou o pedido (16/02), mas, em menos de um mês (07/03), o país africano instou o organismo da ONU, novamente, a adotar medidas emergenciais adicionais contra Israel. Utopia ou não, a verdade é que hoje a posição da África do Sul é apoiada pela maioria absoluta da comunidade internacional e, pela primeira vez na história, a África Negra obrigou as potências ocidentais a reconhecerem seu fracasso moral.

² <https://news.un.org/pt/story/2019/08/1685021>

A CHINA E A “SEGUNDA INDEPENDÊNCIA AFRICANA” (1)

Por Elias Jabbour

As relações entre a República Popular da China e a África, notadamente a sua parte subsaariana guardam imensos paradigmas que impedem em um único artigo sua plena abordagem. Digo isto, pois não se trata somente de relações entre comércio e investimento, mas também da necessidade de todo um novo equipamento teórico ser construído para dar conta da análise desta relação. Digo isto, pois de forma deliberada poderosas categorias e conceitos de análise têm sido utilizadas de forma imprudente para classificar tais relações, a começar pela categoria de imperialismo e a noção de neocolonialismo como meios de sustentar determinadas argumentações que interessam única e somente ao Norte Global. Nosso ponto de partida, logo, é a de que existe um processo de recrudescimento de luta anticolonial nos países africanos cujo alvo são seus antigos colonizadores, a começar pela França e o papel da China neste processo tem sido no mínimo fundamental. Vamos comentar um pouco sobre isso.

O primeiro ponto é que categorias e conceitos são produtos do processo histórico, portanto em contante transformação. O conceito que se manifesta no movimento real (Hegel) das relações entre China e África é fruto de um processo histórico que se inicia com a Conferência de Bandung (1955), a chamada Teoria dos Três Mundos elaborada por Mao Zedong e a ideia-força de Xi Jinping – em ampla oposição às noções de “destino manifesto” e Nova Canaã surgidos no Mediterrâneo Oriental e que ganha forma na ideia de excepcionalidade dos EUA – de construção de um “Comunidade de Destino Compartilhado”. A Iniciativa Cinturão e Rota e a globalização que a China entrega a partir desta iniciativa são expressões concretas do processo acima descrito.

Trabalhando com a noção de neocolonialismo, devemos observar tanto a dolorosa experiência chinesa (“século das humilhações”) quanto o papel dos países ocidentais, do Banco Mundial e do FMI sobre os destinos africanos – principalmente desde a década de 1980. Por exemplo, a renda per capita dos países

da África Subsaariana cresceu, em média, nas décadas de 1960 e 1970 a uma taxa anual de 1,6%. Após o início das políticas de austeridade e neoliberalismo radical imposta à região, a renda per capita decresce, ao ano, 0,3% entre 1980 e 2004. Isso significa que histórica e atualmente os países ocidentais têm aplicado mais restrições políticas e exercido maior influência política do que a China sobre os assuntos internos e destinos da economia africana. Bom lembrar que a França mantém domínio sobre as políticas monetárias de 14 países africanos pela via de operações de senhoriagem e de obrigação de depósitos em Paris de 50% das reservas internacionais desses países. As revoltas, lastreadas por bandeiras russas e chinesas, no Mali, Niger e Burkina-Faso não ocorreram “do nada”.

O caminho chinês pela África vem desde o apoio aberto do país à descolonização do continente e a rapidez com que vários países da região reconheceram a República Popular da China em detrimento de Taiwan muito antes da admissão de sua admissão na ONU em 1971. Os países africanos foram essenciais em um momento de amplo isolamento internacional chinês. Salto de qualidade nesta relação foi dado nos marcos da fundação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAP, sigla em inglês). Desde então a China tem-se engajado de forma profunda na mudança da geografia econômica do continente, a começar pelo seu compromisso de impulsionar a industrialização africana a partir, inicialmente, de maciços investimentos em infraestruturas.

A China tem sido fundamental para a construção das necessárias infraestruturas no continente de forma a viabilizar uma verdadeira unificação do mercado interno africano e, conseqüentemente, de uma futura divisão social do trabalho – ambas fundamentais ao desenvolvimento econômico. Desde então a China tem impactado positivamente a produção de bens e serviços no continente, apesar de alguns países ainda enfrentarem desafios de governança interna. Evidente que a China investiu muito no continente para expandir o alcance de seu *soft power*, influência diplomática e iniciativas de infraestrutura para consolidar seus interesses e sua presença. No entanto, bom salientar que a China não impôs seu modelo de governança a nenhum dos países da África com os quais mantém um relacionamento ativo.

Por meio desse processo, a China se tornou o maior parceiro comercial da África, respondendo por mais de US\$ 282 bilhões em comércio em 2022. Aproximadamente, 16% do total de importações manufaturadas pela África vieram da China em 2018, uma mudança em um continente que dependia tanto da Europa. Vinte e cinco zonas de cooperação econômica e comercial foram criadas

com a China em dezesseis países africanos. Essas zonas, registradas no Ministério do Comércio da China, atraíram 623 empresas com um investimento total de US\$ 7,35 bilhões até o final de 2020. Essas zonas de cooperação impulsionaram a industrialização local em vários setores, incluindo recursos naturais, agricultura, manufatura, comércio e logística. Um terço das empresas chinesas concentrou-se na indústria, um quarto em serviços e cerca de um quinto em comércio, construção e imóveis. Com essas iniciativas, a presença chinesa cresceu para aproximadamente 12% da produção industrial da África, cerca de US\$ 500 bilhões por ano. Quanto ao setor de infraestrutura, as empresas chinesas reivindicam quase 50% do mercado de construção contratado na África.

Porém, muitas questões nesta relação ainda demandam mais profundidade de explicação. Um exemplo é a chamada “debt trap” tão propalada pelos governos e acadêmicos, de direita e de esquerda, no ocidente no sentido de desqualificar a presença chinesa no continente e seu papel em sua “segunda independência”. Continuaremos na parte dois deste artigo.

PAQUISTÃO: GUINADA PARA A ÁSIA

Por Wagner Sousa

Instabilidade política e mudança de regime

A eleição de Shehbaz Sharif para um novo mandato como Primeiro-Ministro, neste início de março de 2024, deu-se no conturbado cenário político do país, sob alegações de fraude por parte da aliança política “Sunni Ittehad Council (SIC)” apoiada pelo ex-Primeiro-Ministro Imran Khan. Esta aliança, a despeito de não ter formado a coalizão de governo, obteve o maior número de cadeiras do Parlamento. Khan, que foi impedido de ser candidato, foi condenado a 14 anos de prisão, por supostamente ter vendido presentes recebidos pelo governo enquanto ele era Chefe de Estado, em Dubai, nos Emirados Árabes, a segunda condenação em dois dias, precedida por outra de 10 anos referente à revelação de informações confidenciais do Estado. Khan foi considerado culpado pelo Tribunal por revelar o conteúdo de um telegrama secreto enviado pelo embaixador do Paquistão em Washington ao governo em Islamabad, capital do país. Jeffrey Sachs comentou a respeito: “Um instrumento central da política externa dos EUA são as mudanças encobertas de regime, que equivalem a uma ação secreta de Washington para derrubar o governo de outro país. Há fortes motivos para acreditar que as ações dos EUA levaram à remoção do poder do Primeiro-Ministro do Paquistão, Imran Khan. Deposto em abril de 2022, ele foi preso a seguir, sob acusações fabricadas de corrupção e espionagem, e sentenciado esta semana a 10 anos de prisão, por acusações de espionagem. O objetivo político é impedir que o político mais popular do Paquistão retorne poder nas eleições de 8 de fevereiro.”

Anteriormente, Khan, eleito em 2018, foi, como mencionado por Sachs, deposto do cargo em abril de 2022, acusado pela oposição de má gestão econômica. Foi preso por acusações de corrupção no mesmo mês e solto três dias depois, após pagamento de fiança. A prisão do ex-Premiê gerou violentos protestos pelo Paquistão e desde sua remoção do poder, dois anos atrás, vem enfrentando mais de 100 acusações, que alega serem perseguições políticas. A deposição, em 2022, aconteceu após uma visita de Khan a Vladimir Putin, previamente agendada antes da eclosão da guerra,

e se deu no início da invasão russa da Ucrânia. As condenações recentes também se deram no contexto da busca de uma política externa proposta por Khan, com mais proximidade com a Rússia e a China. É bastante provável que os EUA tenham articulado com seus aliados no Exército e no serviço de inteligência paquistanês as ações para derrubar Khan. A este respeito Sachs também destacou que: “os EUA desejavam derrubar o governo do primeiro-ministro Imran Khan, renomado tanto por sua maestria no críquete de nível mundial quanto por sua proximidade com o povo. Seu carisma, independência e enormes talentos tornaram-no um alvo principal dos EUA, que se preocupam com líderes populares não alinhados com sua política. O ‘crime’ de Imran Khan foi ser muito cooperativo com o presidente russo Vladimir Putin e o presidente chinês Xi Jinping, enquanto também buscava relações normais com os Estados Unidos. O grande mantra da política externa dos EUA e o princípio ativador da CIA é que um líder estrangeiro está ‘ou conosco ou contra nós.’ Líderes que tentam ser neutros entre as grandes potências correm o risco de perderem suas posições, ou até mesmo suas vidas, por instigação dos EUA, já que estes não aceitam neutralidade.”

É importante ter em mente a importância do Exército na política paquistanesa e sua posição como “árbitro informal” da disputa política, portanto sendo o seu apoio decisivo para a estabilidade de qualquer governo. Como menciona a cientista política de Yale, Sara Khan em artigo na revista *Foreign Affairs*, em tradução livre: “Todos os principais partidos políticos do Paquistão estão dispostos a mudar a sua posição em relação aos militares se isso os ajudar a conquistar o poder. Isto é um problema. Quando uma democracia funciona como deveria, os partidos respondem perante os eleitores e têm um incentivo para responder às suas preocupações. Essa é a maneira de conquistar o poder. Contudo, quando os militares controlam o caminho para o poder político, como acontece no Paquistão, os compromissos democráticos importam menos e a ligação dos partidos com os eleitores torna-se mais fraca. Isto significa que os partidos paquistaneses se comportam de maneira frequentemente contrária aos imperativos eleitorais de bom senso. Por exemplo, os partidos não investem nas suas organizações internas e falham regularmente na introdução das políticas que os eleitores desejam.” Portanto, diferentemente das democracias ocidentais onde os militares estão subordinados aos civis, no Paquistão esse “regime híbrido” entre escolha popular e tutela dos militares é o que prevalece.

A guinada para a Ásia

O Paquistão é um país da Ásia Meridional, o quinto mais populoso do mundo, com 239 milhões de habitantes, faz parte do “clube nuclear”, com estimadas entre 140 e 150 ogivas atômicas (transferiu essa tecnologia sensível à Coreia do Norte), foi colônia britânica (junto com a Índia) e desempenha papel importante entre os seus vizinhos: a rival Índia, a China, o Afeganistão e o Irã. O serviço secreto paquistanês desenvolveu relações muito próximas com as agências de inteligência dos EUA e foi essencial na estratégia de “guerra ao terror” inaugurada após os ataques terroristas de 11 de setembro, nos EUA, pela administração de George W. Bush.

O país tem um contencioso histórico com a Índia (já travaram guerras pela região da Caxemira em 1948 e 1965 e, em 1970, pelo apoio indiano à independência do “Paquistão Oriental”, que se tornaria Bangladesh), divisão que reflete também as disputas entre hindus e muçulmanos. A divisão em dois países entre Paquistão e Índia se deu por esta divisão religiosa e ambos surgiram em 1947. A Índia, por sua vez, tem grande rivalidade com a China, com a qual também tem contencioso de fronteira. Índia e China são sócios no grupo BRICS, tem grande volume de comércio e, ao mesmo tempo, rivalidade estratégica. Por isso os indianos buscaram uma aliança com os EUA no QUAD (Diálogo de Segurança Quadrilateral), assim como com o Japão e a Austrália para se contrapor aos chineses.

O Paquistão tem se aproximado da China e se beneficiado de investimentos do gigante asiático, como o “Corredor China-Paquistão” que busca modernizar sua economia com inversões em transportes, energia e também com a criação de “Zonas Econômicas Especiais” (ZEE). Em 2023 foi assinado, pelo Primeiro-Ministro Shehbaz Sharif um acordo para a construção de uma usina nuclear no valor de 4,8 bilhões de dólares. Tem também havido aproximação com os chineses no setor de defesa, com a aquisição de equipamento militar e aproximação estratégica. E o país avalia também cooperação militar com a Rússia. Conforme o site Sputnik Brasil, em 20.02.24: “O Paquistão está avaliando uma possível colaboração com a Rússia nas esferas militar e defesa, conforme revelado pelo presidente do Comitê de Defesa do Senado paquistanês, Mushahid Hussein Sayed (...) A cooperação proposta abrangeria equipamentos militares, treinamento e intercâmbio de ideias sobre segurança, destacando uma possível conexão entre as duas nações. Sayed enfatizou **a posição estratégica do Paquistão como um elo entre a Rússia, a China, o Irã, o Afeganistão e a Ásia Central, de forma a fortalecer os laços econômicos e regionais.** Além disso, o senador mencionou o interesse mútuo na promoção da paz, segurança e estabilidade no Afeganistão

destacando a importância da colaboração entre as duas nações nesse contexto. Ele destacou que Paquistão e Rússia são ‘quase vizinhos separados por apenas um país.’”

A destituição de Khan, portanto, não mudou a política externa do Paquistão no que diz respeito a parcerias com vizinhos, em especial a Rússia e a China, embora possa (o que é, evidentemente, grave) ter privado o eleitor paquistanês de ver sua preferência no poder, o que tem relação com a grande influência dos militares nas instituições do país. Seus opositores, entretanto, também seguem esta linha. Apesar do intervencionismo ocidental, o Paquistão dobra sua aposta na Ásia.

VIOLENCIA Y CRIMEN ORGANIZADO EN ECUADOR

**Por Milton Reyes Herrera, Katalina Barreiro Santana, Johana Espin
Moscoso**

El Ecuador, durante varios años fue considerado y, especialmente, auto-percibido como “una isla de paz”, en medio de una complicada subregión andina, donde sus vecinos sufrían además de narcotráfico, de conflictos armados internos: Colombia (FARC, ELN, M19) y Perú (Sendero Luminoso, El Movimiento Revolucionario Tupac Amaru, MRTA).

A inicios de los 80s, el Ecuador se sumó periféricamente, en relación al rol de los otros países de la subregión, a la estrategia Reagan de “guerra contra las drogas”. En cuanto a la violencia de grupos revolucionarios, fue mínima en relación a sus vecinos, dado su carácter foquista y urbano; siendo derrotados vía armada en el gobierno de León Febres Cordero (1984-1988), para finalmente llegar a un acuerdo de paz en el siguiente mandato de Rodrigo Borja (1988-1992).

Durante esa y buena parte de la siguiente década, el tráfico de drogas no representó un volumen elevado, siendo además el tráfico interno controlado y administrado por organizaciones locales. Los réditos, como un secreto a voces que fue confirmado en años posteriores, se materializaban en el sector terciario y turismo, entre otros negocios relacionados, e incluso con algo de reconocimiento social y empresarial.

En este mismo periodo, pese a algunas crisis cambiarias generadas por factores endógenos y/o exógenos, existieron momentos de estabilidad entre la moneda nacional de aquella época, el Sucre, y el dólar. Esto se atribuía parcialmente a resultados indirectos de la acción del naciente negocio del lavado de dinero.

Durante los 80's y primeros años de los 90s, la lógica geopolítica parecía establecer una centralidad del “negocio”, desde una ocupación guiada por la dinámica de poder terrestre (por supuesto, también la aérea pero todavía de baja escala, mediante valijas y mulas, pero no de tráfico ampliado, por ejemplo, de avionetas); mientras que, en los siguientes años y ya con la

presencia de nuevos actores, incluyendo carteles extranjeros, con una lógica más agresiva, la orientación se va desplegando hacia la vía marítima, donde la posibilidad de carga es mayor, en especial, cuando se utiliza la infraestructura empresarial exportadora y portuaria, adicional a los “servicios de logística propios” (lanchas rápidas, semi-sumergibles, etc.).

Estas dinámicas se van ampliando en las siguientes décadas y, desde principios de los 2010's, se reportan también actividades asociadas, tales como “el chulco” y el incremento del uso de la violencia en las provincias costeras. Sin embargo, para comprender estas actividades ilícitas y su evolución hasta la situación actual, es necesario recordar la posición geopolítica estratégica del Ecuador:

- Territorio localizado entre Estados con conflictos internos y, al mismo tiempo, productores y exportadores de narcóticos.
- Existencia de puertos y puertos potenciales con proyección marítima privilegiada. Hacia el norte: costa este de Panamá y Centro América, y hacia el oeste: al Asia.
- Redes terrestres de acceso fácil a países vecinos, con pasos informales y frontera porosas.

Pero además, parecería que se reproduce un escenario regional de competencia y violencia entre carteles mexicanos y otros extranjeros, versus algunos sectores de actores locales no cooptados que intentarían proteger sus intereses y el territorio

Los factores mencionados explicarían, en gran medida que, en la actualidad, Ecuador se haya convertido en el principal exportador de cocaína, con el mayor número de kilogramos incautados en puertos internacionales durante el periodo 2020-2022, seguido de Brasil, Colombia, Panamá, Costa Rica, y Perú (según el Informe de 2022 de la Organización Mundial de Aduanas). Si bien ocupa el tercer lugar a nivel mundial en cuanto a número de incautaciones y quinto lugar en cuanto a kilogramos de cocaína incautados dentro del propio territorio (solo superado por Estados Unidos, Bélgica, España y Arabia Saudita), Ecuador aparece como el principal exportador; mientras Bélgica, Alemania, los Países Bajos y España son los principales países de destino.

Además del tráfico de drogas, la consolidación de las rutas empleadas para actividades ilícitas y otras actividades conexas, ha producido que, por ejemplo, en 2022, Ecuador aparezca como uno de los 9 países latinoamericanos en los cuales se realizaron incautaciones por más de \$1.3 millones de USD en contrabando de

dinero y sobre \$2 millones USD en oro y otras piedras preciosas. La importancia de los puertos con proyección marítima privilegiada, pero con poco o escaso control, también ha resultado en que, en cuanto a delitos contra la vida silvestre, Ecuador sea uno de los 3 puntos más frecuentemente utilizados para realizar envíos ilícitos, junto con el Reino Unido y Rumania. A este ambiente propicio para el cometimiento de actividades ilícitas, se suma una situación de violencia sin precedentes, que llevó a que Ecuador alcance una tasa de más de 40 muertes violentas por cada 100.000 habitantes en 2023.

El salto del caso Ecuador en el mercado global de la cocaína a raíz del 2019 logró generar un entramado complejo que incluye mercados, producción y negociaciones con destinos mundiales que ha desafiado a su Estado a tratar de brindar solución sin mayores capacidades. Siendo la secuela más compleja prácticas políticas de corrupción, violencia y competencia por el control territorial. Ello ha generado un sentido de mayor seguridad en la población; pero la complejidad de la infiltración de las bandas criminales hasta en los círculos de la política ecuatoriana, aún podría significar un largo camino para la recuperación sino acaso la sobrevivencia misma del Estado.

A “CÓLERA” DOS AGRICULTORES EUROPEUS E O ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

**Por Karina Kato, Georges Flexor,
Nelson Delgado**

Em janeiro as manchetes ilustravam a “cólera” dos agricultores que se espalhava pela França, Bélgica, Espanha, Portugal, Itália, Romênia, Polônia, Grécia, Alemanha e Países Baixos. Os protestos refletiam insatisfações com quedas na renda, baixos preços dos produtos agrícolas, aumento de custos, maiores exigências ambientais, alto endividamento, e aumento de importações. Isso trouxe o Acordo Mercosul - União Europeia para o centro da agenda política. Trataremos aqui dos efeitos dos protestos dos agricultores europeus sobre o Acordo Mercosul – UE, dos interesses em jogo e das perspectivas futuras.

Em 1999 o Acordo Mercosul – UE começou a ser negociado com explícito ideário neoliberal. Com forte interesse da UE, que visava à abertura de mercados para bens industriais, o acordo foi alvo de críticas por vários setores (incluindo industriais) no Brasil. Ao Brasil interessavam os mercados agropecuários. Em 2004, no primeiro governo de Lula da Silva, as negociações foram interrompidas, pois o Acordo contrariava os objetivos de retomada do processo de industrialização, com a utilização de medidas de conteúdo local, compras governamentais e fortalecimento das estatais.

Foi ressuscitado em 2016, no governo de Michel Temer. A nova versão, assinada em 2019 pelo presidente Jair Bolsonaro³, foi criticada por ambientalistas europeus e brasileiros. A finalização ficou para 2023, no terceiro mandato de Lula⁴, que teceu duas críticas ao documento. A primeira referia-se à carta-anexo (*side letter*), com exigências ambientais lidas como protecionismo verde. A segunda versava sobre a questão das compras governamentais.

³ Essa versão assinada ainda precisa passar por uma revisão técnica e ser ratificada pelos parlamentos de todos os países envolvidos.

⁴ Assumiu a presidência do Mercosul na 62ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul em julho de 2023.

Além de bens e serviços, o Acordo inclui temas como investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, direitos humanos e desenvolvimento sustentável. Dadas as fortes assimetrias competitivas entre os dois blocos e as poucas concessões feitas pelos europeus, o acordo tende a beneficiar a indústria europeia (em particular a alemã). Do lado do Mercosul, favorece o setor agropecuário (agronegócio).

É unanimidade que o agronegócio é o principal beneficiário do acordo. Seu ganho, no entanto, é relativo, pois dependeria de quotas (cachaça) ou quotas tarifárias (carne bovina, carne de frango, carne suína, açúcar, etanol, arroz, mel e milho). As quantidades variam: algumas superam as quantidades hoje exportadas (carne de frango, carne suína, etanol e mel), outras utilizariam tarifas intraquota (sem o aumento da quantidade exportada). A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e o Grupo Produtores do Sul - de associações e empresários da Argentina, Uruguai e Paraguai - apoiam o Acordo mas criticam a inflexibilidade dos europeus, sobretudo suas exigências ambientais, vistas como barreiras não tarifárias. Do outro lado, a Frente Brasileira contra os Acordos Mercosul-UE, formada por organizações da sociedade civil e movimentos sociais, denuncia a natureza neocolonialista do Acordo que aprofundaria a reprimarização da economia dos países sul-americanos (fornecedores de *commodities* agrícolas, minerais e energéticas), acelerando a destruição ambiental e limitando políticas de desenvolvimento. Destacam que pequenos e médios produtores agrícolas sairiam prejudicados, pois o Acordo ampliaria a importação de produtos agrícolas altamente subsidiados da UE.

Do lado europeu, os entusiastas são a indústria automotiva, a indústria química e o setor de serviços (telecomunicações, finanças e transportes etc.). Os agricultores europeus rejeitam o Acordo. Ressentidos por serem taxados como “destruidores do meio ambiente”, esses produtores vêm-se presos a uma espiral produtivista que, em um contexto de declínio de preços e de pouca margem de negociação com o varejo, pressiona suas rendas para baixo. Sentem-se também sufocados por exigências ambientais que aumentam os custos de produção. Depois de alguns anos de ótimos preços agrícolas (principalmente no trigo), os agricultores se defrontaram com sua queda significativa em 2023. Sem uma diminuição dos custos, essa queda (para muitos inesperada) impactou negativamente o humor dos agricultores. Somam-se à essa decepção mais restrições de Bruxelas. Daí a inquietação com a concorrência do Mercosul.

A "cólera" foi liderada inicialmente pelos sindicatos dos produtores mais tecnificados, aqueles que tradicionalmente têm maior influência política. Mas o coro foi também engrossado por organizações ambientalistas e ecológicas que denunciam o caráter neoliberal do Acordo, por privilegiar a agricultura empresarial e a produção de commodities às custas da natureza. Por fim, juntaram-se aos protestos os sindicatos dos agricultores menores e menos tecnificados, muitos deles produtores de carnes e leite. Essa mobilização dos diversos setores agrícolas procurando protagonismo político (não obstante os conflitos entre si) foi unânime em condenar Bruxelas e acordos comerciais potencialmente prejudiciais para os agricultores europeus, estendeu-se por vários países europeus e levou a França, epicentro dos protestos, a rejeitar o Acordo veementemente.

Índices de preços de insumos utilizados na produção agrícola e Índices de preços dos produtos agrícolas (2015 = 100, dados anuais, cereais, UE)

| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|--------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| União Europeia - 27 países | | | | | | | | | |
| Índice de preços dos produtos agrícolas | 100.00 | 91.41 | 95.16 | 104.33 | 102.95 | 106.71 | 136.98 | 199.38 | 148.31 |
| Índices de preços de insumos | 100.00 | 97.25 | 98.84 | 102.56 | 104.08 | 102.49 | 114.11 | 149.93 | 143.10 |

Fonte: EUROSTAT - Estatísticas Europeias

Pressionada pelas eleições para o Parlamento Europeu (2024), a Comissão Europeia vem respondendo aos protestos com concessões, como flexibilização das exigências ambientais e redução de fiscalizações. As desconfianças com o Acordo e a rejeição francesa (com eco em outros países) parecem tê-lo deixado ainda mais distante de uma conclusão, ao menos no médio prazo. Neste cenário, na expectativa de maior foco no continente africano, os BRICS e, sobretudo, a China seguem como espaço estratégico para o Mercosul. O episódio demonstra também como as negociações agrícolas serão cada vez mais tensionadas, de um lado, por preocupações com a segurança alimentar (com pressão pela proteção de mercados e produtores nacionais) e, de outro, por exigências ambientais que buscam responder ao aquecimento global em curso.

BRASIL: UMA ESTRATÉGIA EM CONSTRUÇÃO

Por José Luís Fiori

O Estado brasileiro não possui um documento que defina periodicamente sua “estratégia internacional”. Houve uma tentativa, durante o segundo governo Lula, mas o documento foi esquecido após o golpe de Estado de 2016, e mais ainda, durante o governo Bolsonaro, que era partidário de um alinhamento incondicional do Brasil ao lado dos Estados Unidos e de Israel, e chegou a defender, inclusive, o isolamento do país com relação à comunidade internacional. No entanto, esse quadro mudou radicalmente depois da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em janeiro de 2023. Mesmo assim, não existe um documento oficial que defina e explique a nova política externa do presidente Lula, apesar de que seja possível mapear seus objetivos, e sua estratégia, a partir de algumas iniciativas do governo, e sobretudo, a partir de alguns pronunciamentos cruciais feitos pelo próprio, e de seus principais auxiliares no campo internacional.

Durante o ano de 2023, o presidente Lula fez 15 viagens internacionais e visitou 24 países em 5 continentes, fez grande número de discursos e pronunciamentos, e concedeu dezenas de entrevistas dentro e fora do país, definindo as linhas básicas do seu pensamento e da estratégia de sua política externa. Uma linha de pensamento que veio sendo reforçada por algumas entrevistas complementares, concedidas por Celso Amorim, assessor especial da Presidência da República para Assunto Internacionais, e pelo próprio ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. Lula fez seus discursos mais importantes na ONU, na reunião do G20 da Índia, na reunião do G7 em Tóquio, na Liga das Nações Árabes, na União dos Estados Africanos, na CELAC, no CORICOM, quando assumiu a presidência do G20, em 2004, e a presidência da COP 30 que se realizará em Belém, em 2026, e também na reunião que teve com os presidentes sul-americanos, em Brasília, convocada pelo próprio Itamarati.

Em todas essas ocasiões, Lula e seus principais assessores internacionais demonstraram ter plena consciência de que o Brasil não é uma potência militar nem pretende sê-lo. É um grande país

do ponto de vista do seu território, população e recursos naturais, mas não tem capacidade, nem a intenção, de projetar seu poder ou influência militar fora de suas fronteiras, mesmo no caso da América do Sul. Por outro lado, com relação à questão da segurança militar do país, todos têm plena consciência da relação histórica do Brasil com os Estados Unidos, e do fato de que o Brasil se encontra na “zona de proteção ou tutela nuclear” direta dos Estados Unidos. É nesse contexto geopolítico e militar que o presidente Lula vem concebendo e construindo seu projeto de transformar o Brasil numa grande potência pacifista, com capacidade de influenciar e forjar ideias e consensos internacionais. É o caso da sua proposta de mobilização mundial contra a fome e a favor da igualdade e da sustentabilidade; junto com a ideia de fazer do Brasil um grande “mediador” e pacificador dos conflitos internacionais que se multiplicam ao redor de todo o mundo.

Lula é um humanista e um pacifista radical, e é um político carismático, mas ao mesmo tempo ele é um político hábil e pragmático. Seu projeto internacional não tem nada a ver com o “terceiro-mundismo” do século XX, nem parece que ele pretenda ser apenas uma liderança da “periferia mundial”, agora apelidada de “Sul Global”. Pelo contrário, todos os pronunciamentos do presidente Lula vêm sendo pautados por uma postura universalista, cosmopolita e igualitária, apesar de que ele tenha plena consciência de que o próprio “cosmopolitismo” ou universalismo é inseparável das hierarquias, das assimetrias e dos conflitos que fazem parte da luta dos países pelo poder e pela riqueza. A estratégia internacional de Lula considera que a “soberania das nações” é um fato, um direito e um objetivo, e propõe que o Brasil se mova entre as nações do norte e do sul, do leste e do oeste, sem fazer distinções ideológicas ou discriminar países em função de seus regimes políticos, afiliações ideológicas ou pertencimentos culturais e religiosos. Lula não esconde sua afinidade com os Estados Unidos de Joe Biden, nem sua proximidade da Rússia de Putin, da China de Xi Jinping, da França de Macron, da Turquia de Erdogan, do Irã de Ebrahim Raisi, da Alemanha de Scholz, ou mesmo da Inglaterra de Charles III. Ele não se mostra partidário de nenhum tipo de aliança estratégica fixa, no campo internacional, nem muito menos de blocos ideológicos polarizados. E talvez seja exatamente essa posição *sui generis* do presidente brasileiro que lhe permite fazer afirmações e críticas duras e realistas, que em geral são evitadas pelos grandes donos do poder mundial, que costumam esconder seu jogo duplo e sua moral contraditória, atrás de uma linguagem aparentemente neutra.

Segundo dados que foram apresentados pela delegação brasileira na última reunião do G20, realizada na cidade do Rio de Janeiro, houve 183 conflitos internacionais no ano de 2023, a grande maioria sem nenhum tipo de arbitragem. Agora mesmo, estamos assistindo a um massacre na Faixa de Gaza, que é condenado pela maioria da Humanidade mas ninguém consegue conter a fúria vingativa do governo de Israel, nem mesmo o governo americano, para que dizer, as Nações Unidas, cujas decisões são desrespeitadas por Israel há décadas. Esta paralisia decisória do sistema mundial é que vem sendo denunciada pelo presidente Lula, ao mesmo tempo em que ele insiste na necessidade urgente de construir um novo sistema de normas, regras e instituições capazes de administrar esses conflitos mundiais, antes que o mundo tome - uma vez mais - o caminho da “guerra mundial”, como forma de impor a primazia dos vitoriosos, dentro do sistema internacional, como aconteceu depois de Hiroshima e Nagasaki. Tudo indica que o presidente Lula tem plena consciência de que o problema do mundo hoje não é a falta de “regras” - as regras existem. É a ausência de instituições que sejam capazes de interpretá-las de forma consensual e que sejam aceitas pela comunidade internacional. Este papel foi cumprido pelos europeus e norte-americanos nos últimos 300 anos, mas como disse recentemente o chefe da Política Externa da União Europeia, o espanhol Joseph Borrel, “a era do domínio global do Ocidente chegou ao fim”, como chegou ao fim o consenso ou a aceitação do arbítrio das potências ocidentais. Sabendo que a simples substituição da “unipolaridade” pela “multipolaridade” não resolverá automaticamente o problema da guerra e da paz, e o presidente Lula tem chamado atenção para este gigantesco desafio da Humanidade.

Por fim, voltemos ao continente americano, onde o governo Lula deu os primeiros passos de sua política externa na direção tradicional do Mercosul e da América Latina. Onde se propôs construir uma aliança estratégica com a Argentina, que se transformasse num ponto de referência e numa liderança econômica e política para todo o continente. Mas uma vez mais, como já havia acontecido no passado, esse projeto foi abortado por uma mudança política, que neste caso veio da Argentina. Parece que Lula compreendeu, então, que a correlação político-ideológica sul-americana havia mudado e que, além disso, seria impossível fazer o Mercosul avançar com três países governados por presidentes ultraliberais. E que mesmo dentro da esquerda existe uma enorme diferença entre sua visão internacional e a dos presidentes Boric e Petro, estando ele mais próximo de Petro do que do jovem presidente chileno.

Mais do que isto, entretanto, parece que o presidente Lula também já entendeu que o velho sonho da “integração latino-americana” foi sempre uma utopia, muito mais do que um projeto viável. Uma utopia tecnocrática, defendida pelos economistas da CEPAL desde os anos 50, e uma utopia ideológica defendida pelos governos bolivarianos do continente desde o final do século XX. Duas versões de um mesmo sonho que nunca se encaixou com a dura e crua realidade da economia primário-exportadora de quase todos os países sul-americanos, nem tampouco com a natureza descontínua do território e do povoamento litorâneo de todo o continente. Sem falar que essa ideia sempre teve a oposição da grande maioria das elites ultraliberais do continente, e sempre dependeu do fôlego da economia brasileira, que é a única com capacidade de empurrar esse projeto ladeira acima.

Entende-se, portanto, por que o presidente Lula escolheu a cidade de Addis Abeba, na Etiópia, e a reunião plenária da Organização dos Estados Africanos, para fazer um de seus discursos mais veementes de condenação do genocídio palestino, e de defesa da necessidade de uma nova ordem mundial, igual como havia acontecido no dia anterior, na cidade do Cairo, quando suas palavras também foram recebidas com entusiasmo pelos países-membros da Liga dos Países Árabes.



**OBSERVATÓRIO INTERNACIONAL
DO SÉCULO XXI**

Nº4 - Março/2024